

**SENHORES DA NATUREZA: O ESTUDO DO MUNDO NATURAL
BRASILEIRO A PARTIR DAS REVISTAS DO IHGB**

Luis Fernando Tosta Barbato
Mestrando em História pela Unicamp, bolsista da Fapesp
E-mail: lfbarbato@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo trabalhar o uso das Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) como fonte para estudos de temas relacionados à natureza no século XIX. Nesse trabalho, procuraremos abordar as características e especificidades da fonte, uma vez que esse grêmio carioca ficou conhecido por ser formado por intelectuais e políticos ligados à Casa de Bragança, inseridos em uma academia arranjada nos modelos ilustrados europeus, e defensores de um projeto de civilização branca e européia, além de, no momento de sua criação, estar engajado no projeto do Império Brasileiro de construir uma história e uma identidade nacional para o Brasil, em um período marcado por focos de separatismo (como as chamadas Rebeliões Regenciais e a Guerra da Cisplatina), o que evidenciava a fragilidade política do recém independente Brasil. Nesse sentido, procuraremos entender como o IHGB utilizou dos diversos elementos do mundo natural brasileiros, a fim de atender aos interesses do Estado Imperial Brasileiro.

Criado em 1838, na então capital do Império, o Rio de Janeiro, o IHGB nasceu a partir da SAIN¹, através da iniciativa do marechal Raymundo José da Cunha Mattos e do cônego Januário da Cunha Barbosa, como uma instituição dedicada aos estudos da História e da Geografia², e com objetivos já traçados: “deveria ministrar grandes auxílios à administração pública e ao esclarecimento de todos os brasileiros”.³

¹ Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, entidade que tinha por objetivo promover o desenvolvimento da agricultura e pecuária no país, e que, segundo Schwarcz, fazia parte de conjunto de medidas criadas na época que visava a centralização do Estado. Cf SCHWARCZ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993. p.101

² Lúcia Guimarães vê a criação do IHGB como um reflexo do movimento de vanguarda que vinha ocorrendo na Europa, num momento que Le Goff identificou como “destinado a fornecer à memória coletiva das nações os monumentos da lembrança”.

³ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)” *In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 388, 1995. p. 473

A composição funcional do recém fundado grêmio revelava a forte ligação deste com o círculo ilustrado Imperial, e com o próprio Estado brasileiro, representado pela figura do monarca Dom Pedro II. Sobre essa relação, Schwarcz nos revela que dos 27 membros fundadores do instituto, nada menos que 22 ocupavam posições de destaque na hierarquia interna do governo. Eram eles procuradores, desembargadores, chefes da secretaria de Negócios do Império, entre outros cargos de prestígio, o que, segundo a autora, formava no IHGB um conjunto que “mais se assemelhava a uma sociedade de corte”⁴.

Boa parte desses membros fundadores era nascida em Portugal⁵, o que, atrelado às suas ocupações diretamente ligadas ao Estado Imperial⁶, legou ao instituto o caráter de uma instituição científico-cultural, controlada por uma forte oligarquia local, associada a um monarca ilustrado, além de forte defensora da Casa de Bragança.

Essa ligação com o monarca Dom Pedro II foi muito importante para o grêmio carioca, já que, além de contribuir com cerca de 75% de seus recursos financeiros até o fim do regime, o imperador era assíduo freqüentador das reuniões desde sua tenra juventude⁷.

O Imperador, em troca desse apoio dado ao instituto, ganhava fiéis escudeiros que, além de produzir letras que ajudavam a assegurar a manutenção de seu império, construíam cuidadosamente sua imagem pública como monarca, calcada na sua naturalidade da Terra de Santa Cruz, na sua origem, vinda das mais tradicionais linhagens reais européias e também na sua juventude, o que, segundo Lúcia Guimarães, concernia a Dom Pedro II a efígie do “príncipe perfeito”, que representava a perspectiva de um futuro brilhante para o Brasil.⁸

Através de suas publicações periódicas, o IHGB ia tecendo a memória do país, que se configurou em um longo e seletivo empreendimento, no qual se procurou pinçar no repertório do passado, os esclarecimentos que pudessem auxiliar na definição do presente.

⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. Cit.* pp. 101-102

⁵ Pelo menos 8, se buscarmos no quadro de funções e origens elaborado por Lúcia Guimarães sobre os 27 sócios fundadores do instituto. Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Op. Cit.* 476-478

⁶ Segundo Sérgio Buarque de Holanda, nessa época, cerca de 90% dos eleitores e deputados – onde se incluía esses fundadores do IHGB – viviam de empregos públicos, dependendo, portanto, dos favores do governo, o que, em partes, nos explica esse apoio ao regime monárquico brasileiro. *Apud* GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Op. Cit.* 464

⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. Cit.* p. 102

⁸ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Op. Cit.* pp. 544-545

Nesse projeto de construção de uma memória nacional e unificadora, o passado recente – configurado entre a independência e a fundação do instituto –, marcado pelo temor de desagregação não poderia ser escolhido para dar forças para que o Brasil caminhasse com segurança rumo ao futuro, por isso, encontramos uma ênfase maior na publicação de documentos referentes ao passado distante, ou seja, ao Brasil colônia.

Evidência desse intuito de evitar publicações que remetessem à desunião nacional foi o episódio em que um documento raro sobre a Revolução Pernambucana de 1817 – segundo Mota “o primeiro traço realmente significativo de um processo de descolonização rápido e radical”⁹ - foi doado ao instituto. Contudo, mesmo tratando-se de um documento importante, teve sua publicação “censurada” na revista do instituto, sob alegação de que constaria nele relatos de pessoas ainda vivas. Nesse sentido, pode-se inferir que tal arquivamento desse documento refere-se ao intuito de evitar testemunhos que pudessem comprometer o difícil e complexo “processo de enraizamento e legitimação da Coroa”¹⁰.

Por isso, encontramos uma ênfase no passado longínquo do Brasil, no qual biografias de donatários, capitães-gerais, governadores, vice-reis, e outras autoridades, além das várias fontes relacionadas à presença da Companhia de Jesus em território brasileiro, eram priorizadas na revista.

Segundo Lúcia Guimarães, não se encontra no período imperial do IHGB um único impresso que evidencie qualquer indício de contestação do sistema colonial, o que, segundo ela, reforça a idéia de continuidade entre a missão civilizadora portuguesa e a missão do reinado atual. As biografias também ressaltam esse caráter, já que a distinção entre brasileiros e portugueses tornara-se secundária, o que enfatiza os laços de união entre os dois povos, além do que servia também para reforçar as linhas de legitimidade entre o Estado português e o atual, e contribuir para a formação de uma galeria de heróis nacionais¹¹.

Segundo o sociólogo francês Maurice Halbwachs, quando as instituições sociais e políticas estão abaladas, seja por problemas internos, seja por guerras, uma maneira de

⁹ MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectiva – Ed. USP, 1972. p. 2

¹⁰ *Idem*, pp. 517-519

¹¹ *Idem*, pp. 520-523

superar essa crise é retomar as coisas do início, e depois, imagina-se que nada mudou, porque se reata o fio da continuidade¹².

A teoria de Halbwachs encaixa-se bem nesse momento em que se encontra a fundação do IHGB, no qual o Brasil sofria com eventos recentes que abalaram as estruturas do país (como as já citadas Rebeliões Regenciais e a Guerra da Cisplatina), evidenciando a fragilidade do Império. O instituto recorreu, então, ao passado remoto brasileiro e na união entre brasileiros e portugueses para dar ao país uma continuidade não marcada pelos elementos desagregadores do passado recente, que tanto assombravam os pensadores que compunham esse grêmio.

Nesse mesmo contexto, também poderíamos remontar ao livro de Hobsbawm e Ranger sobre a invenção das tradições, que se entende por um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, que visam inserir certos valores ou normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Essa prática também ocorre quando acontecem transformações suficientemente amplas e rápidas, tanto do lado da demanda, quanto da oferta¹³.

Assim, dava o IHGB início a uma série de repetições, que tinham por objetivo amalgamar o brasileiro à noção de que se tratava de um povo nascido do ímpeto colonizador e civilizador português, atualmente liderado por um monarca esclarecido, legítimo sucessor da missão lusitana. E que apesar de disperso em uma território de extensão continental, tratava-se um povo único, que compartilhava dessas mesmas tradições.

Portanto, observamos no IHGB o desejo de promover a união nacional e, para isso, utiliza a História – que Barbosa considera como a “mestra da vida”¹⁴ –, além da literatura e geografia, como aliadas. Marcado por diversas características que lhe conferiam uma produção do saber *sui generis*, podemos notar que aqueles “guardiões da história oficial”

¹² HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1990. p. 84

¹³ HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence(orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. pp. 9-13

¹⁴ O que se observa nos seus dizeres acerca dessa disciplina: “Não duvidamos, senhores, que as melhores lições que os homens podem receber lhes são dadas pela história”. Cf. RIHGB, T. 1, 1839, p. 12

cumpriram sua missão, a menos no que concerne ao intuito de evitar a fragmentação territorial brasileira, e foram os responsáveis pelo início dos estudos no Brasil da disciplina que rege nossas vidas.

Nesse sentido, notamos que a natureza desempenhou um papel bastante significativo para a constituição e consolidação do Brasil, tanto em seus aspectos físicos, quanto simbólicos.

Percebemos que dentro do pensamento do período, os intelectuais brasileiros, preocupados com o futuro da jovem pátria, carente de raízes, e frágil politicamente, utilizaram a natureza do país com objetivos variados, sendo eles: 1) *o conhecer para unir*; 2) *o conhecer por conhecer*; 3) *o conhecer para desenvolver*¹⁵; e 4) *o conhecer para defender*. Cada um desses usos tinha objetivos específicos, e todos eles estavam inseridos dentro do ideal de afirmação e consolidação da jovem nação brasileira.

O primeiro desses propósitos, que aqui chamamos de *conhecer para unir*, está ligado à todo o contexto histórico que o Brasil viveu no período subsequente à independência, marcado pela ameaça de fragmentação territorial.

Imbuídos de um ideal que via na construção da identidade nacional uma forma de criar laços entre os brasileiros, intelectuais saíram em busca de símbolos que representassem o país, e que fossem capazes de prover orgulho à sua população, ajudando assim a dar confiança para caminhar em uma desejada marcha rumo ao progresso. Portanto, sentimentos que prezassem à união, e não à desagregação, seriam gerados no seio da nação brasileira, importantes armas na luta contra o fantasma da desagregação.

Nesse contexto, a natureza torna-se objeto de destaque, já que, é tomada como um desses símbolos do orgulho nacional. Pela sua exuberância, diversidade, riqueza e generosidade, esse elemento aparece como um dos elos de ligação entre os brasileiros, já que, todos, independente do ponto do extenso e heterogêneo território nacional em que se encontravam, podiam compartilhar de sua imagem.

¹⁵ Não que o *conhecer por conhecer* não fosse também um tipo de desenvolvimento, mas aqui, gostaria de deixar claro que me refiro ao desenvolvimento econômico, fruto da exploração dos recursos naturais brasileiros.

Portanto, não nos faltam exemplos de artigos que tratam desse tema, pois nele se encontrava um dos pilares da identidade nacional. E assim, levar ao brasileiro o conhecimento do mundo natural que o cerca, torna-se também um exercício de união, já que traz à tona um orgulho que o prende ao Brasil, e não que o afasta.

O que chamamos aqui de *conhecer por conhecer*, e que configura o segundo propósito da utilização da natureza brasileira, está inserido dentro do projeto de inserção do jovem Brasil no âmbito das consideradas “grandes nações”. Isso porque, sobre esse elemento, se calcou o desenvolvimento científico nacional, produtor de uma ciência aparentemente despretensiosa¹⁶, e que assim, se mostrava conectado ao “mundo civilizado”, ou seja, à Europa, local a ciência era encarada também como uma forma de desenvolvimento do país.

Por isso, descrever plantas, animais, cometas ou cavernas, poderia não trazer diretamente o retorno material ao país, mas ajudaria a desenvolver as ciências, o que, atestava que o progresso e a civilização estavam chegando ao Brasil.

Portanto, não nos é raro a publicação de artigos que trazem a ciência de maneira aparentemente despretensiosa, pois ela era um sinal de desenvolvimento, e para intelectuais imbuídos em dar orgulho à sua população, se tornava deveras importante mostrar a ela que seu país compartilhava do progresso em operação entre as tidas “grandes nações”.

No que chamamos de *conhecer para desenvolver*, a natureza torna-se um aliado ao desenvolvimento econômico, nesse sentido, é importante conhecê-la a fundo, pois, dela poderia ser retirado grandes doses de riqueza. O trecho abaixo nos deixa claro isso, mostrando que o Brasil era pródigo em sua natureza, no entanto, havia a possibilidade de otimizar sua exploração, através da aplicação de técnicas mais modernas para a agricultura e extração de bens naturais:

“A natureza sabia e provida concebeu a estes terrenos pouco capazes de criar as melhores proporções para a agricultura. Tudo isso quanto nelles se planta produz com fertilidade e abundancia; tem imensas matas, e nestas páos para a construção de casas e serrarias te taboados; produzem

¹⁶ Não podemos esquecer do lado prático do desenvolvimento científico no Brasil, que se operou conjuntamente a este, e que será abordado mais à frente.

*quazi todas as fructas da Europa, e isto sem arte, pois que as terras apenas são aradas com arado de pau sem ferro, d'onde se colige qual seria sua a sua produção se fossem beneficiadas e preparadas como na Europa.*¹⁷

Então, a publicação de artigos que visam isso nos é abundante, pois, a natureza estava presente com toda sua exuberância no país, mas era somente através do trabalho e de seu conhecimento que ela se mostraria realmente generosa¹⁸, e se tornaria uma grande aliada do Brasil rumo ao progresso.

O que nomeamos de *conhecer para defender*, apresentou-se como um uso bastante prático da natureza brasílica, pois via nela uma das formas de preservação da integridade territorial brasileira. Desde 1750, com o Tratado de Madri, as fronteiras brasileiras já estavam delimitadas praticamente da maneira que se encontram hoje – isso na teoria, porque na prática ainda muitas elas eram desconhecidas nos séculos XVIII e XIX-, no entanto, apesar de estabelecidos, os limites do Brasil não estavam seguros, e ao analisar os artigos da RIHGB, percebemos que havia grande temor daqueles pensadores no que se dava à proteção do território nacional frente aos vários perigos representados pelos países vizinhos, que cobiçavam as riquezas ofertadas pela exuberante e maravilhosa natureza brasileira. No trecho abaixo, esse sentimento de temor frente a uma possível cobiça dos estrangeiros frente às riquezas brasileiras fica evidente:

Ellas [as terras setentrionais] indicam genio de serem productivas em todo genero de plantações e culturas: e de que há nellas muitos gêneros nativos, optimos campos para armentios e cavallos, ilhas e serras, e montes acobertados de

¹⁷RIHGB, T. 2, 1840 p. 156

¹⁸ Pois sabemos que também havia o temor da grandiosidade dessa natureza, que poderia ser tamanha a ponto de não permitir ao homem se desenvolver, por isso a necessidade de explorá-la com cuidado e razão.

*arvores profícuas, que abrem grandes valles, onde a terra brota plantas valiosas para os usos da vida, serras de crystaes e de outras produções mineraes, grandes rios e lagos, numerosos animaes e aves para exercicio dos caçadores, e grãa copia de cabildas sylvicolas para empregar na força produtiva. Tudo isso são úteis que enchem os olhos a eles [os ingleses]*¹⁹

Nesse sentido, encontramos artigos bastante pragmáticos, que apontam as áreas consideradas mais suscetíveis a ataques inimigos e também meios para evitar invasões ou atuar caso elas viessem a acontecer. E a natureza ocupa lugar central nessa questão, já que, além de atrair inimigos, é no seio dela – nas matas, e nos rios principalmente – que se travarão os combates; por isso, conhecê-la se torna fundamental para a defesa do país.

Enquanto a natureza, tomada como símbolo da identidade nacional – no que ressaltamos *conhecer para unir* -, servia como uma arma frente às ameaças internas em relação ao território brasileiro, aqui ela aparece como aliada em relação aos perigos externos que também afligiam os pensadores brasileiros do período

Por isso, além de utilizá-la para demarcar e legitimar as fronteiras do Estado Brasileiro, conhecê-la também era uma forma de proteger o país contra os diversos inimigos em potencial que o cercavam. Já que seria em busca e através dela que esses viriam, e os então embates seriam travados em seu seio, o que, ressaltava a importância de conhecê-la a fundo.

Assim, concluímos que a natureza foi muito importante para o Brasil recém independente, assumindo o papel de aliada em diversas frentes no combate pela nação brasileira. Ela poderia ajudar o país a ter a união que tanto necessitava, a ser respeitado como

¹⁹ RIHGB, T. 3, 1841. p. 331

uma das “grandes nações” do globo, a ganhar riquezas que alavancariam a economia do país e ainda era essencial frente à política territorial externa brasileira da época.

Por tudo isso, nos é permitido afirmar sem receios que a natureza foi uma das principais protagonistas da História do nosso país.

Bibliografia

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectiva – Ed. USP, 1972.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)” *In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 388, 1995.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

HOBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismos desde 1870 – programa mito e realidade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.